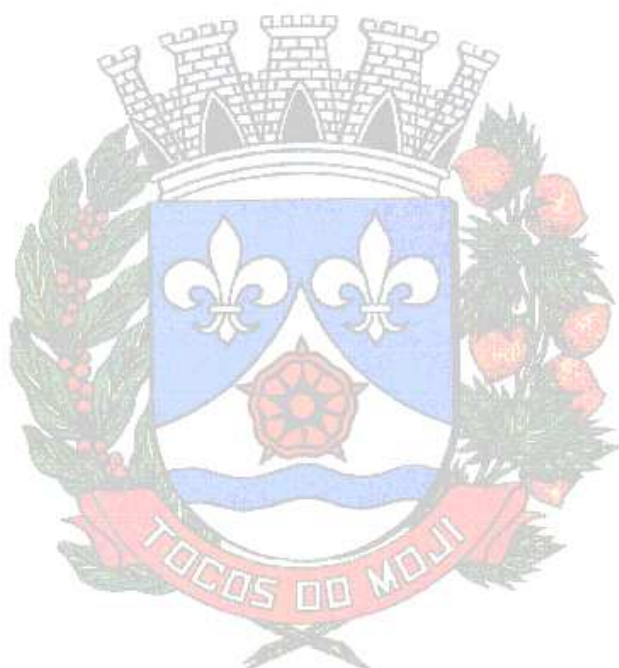


# RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2022



Prefeitura de Tocos do Moji  
Estado de Minas Gerais

---

Prefeito: Givanildo Jose da Silva  
Contadora: Simone Aparecida de Carvalho Dantas  
Controle Interno: Willian Alberto do Couto Rosa  
Ordenador da Despesa: Givanildo Jose da Silva

---

Exercício: 2022

## ÍNDICE

<b>1</b>	<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>4</b>
<b>2</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>4</b>
<b>3</b>	<b>AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL E NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>4</b>
3.1	Ações e metas estabelecidas no PPA e na LDO	5
3.2	Metas de Receita, Despesa e Resultado Primário	6
3.3	Metas de Resultado Nominal	7
<b>4</b>	<b>AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTO À EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>8</b>
4.1	Elaboração do Orçamento	8
4.2	Execução do Orçamento	9
4.3	Balanço Orçamentário	10
4.4	Créditos adicionais	11
4.4.1	Créditos suplementares	11
4.4.2	Créditos especiais	12
4.4.3	Créditos extraordinários	12
4.4.4	Excesso de arrecadação utilizado para a abertura de créditos adicionais	12
4.4.5	Excesso de arrecadação utilizado para a abertura de créditos adicionais	13
4.4.6	Superávit financeiro utilizado para a abertura de créditos adicionais	13
4.5	Análise do comportamento da receita arrecadada no exercício em relação aos exercícios anteriores	13
4.6	Análise do comportamento da despesa realizada no exercício em relação aos exercícios anteriores	14
4.7	Reserva de Contingência	14
<b>5</b>	<b>AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTO À EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DA GESTÃO FINANCEIRA</b>	<b>15</b>
<b>6</b>	<b>AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTO À EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DA GESTÃO PATRIMONIAL</b>	<b>16</b>
6.1	Comparativo do Balanço Patrimonial	16
6.2	Demonstração das Variações Patrimoniais	18
6.3	Demonstração da Dívida Fundada Interna	19
6.4	Limites da Dívida	20
6.5	Demonstração da Dívida Flutuante	20
6.6	Inventário Geral Analítico	21
6.7	Análise dos Índices das Contas Públicas	21
<b>7</b>	<b>ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES E CONDIÇÕES PARA REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>23</b>
<b>8</b>	<b>ANÁLISE DA OBSERVÂNCIA DOS LIMITES PARA INSCRIÇÃO DE DESPESAS EM RESTOS A PAGAR</b>	<b>24</b>
<b>9</b>	<b>ANÁLISE DA OBSERVÂNCIA DOS LIMITES E CONDIÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL</b>	<b>25</b>
<b>10</b>	<b>AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO, NOS TERMOS DOS DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO E DEMAIS LEGISLAÇÕES PERTINENTES</b>	<b>26</b>

10.1	Aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino	26
10.2	Aplicação dos Recursos do FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação	27
10.3	Ensino Médio e Superior	27
11	<b>AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS NAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE, NOS TERMOS DOS DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS E DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO</b>	28
12	<b>INFORMAÇÕES QUANTO À DESTINAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS</b>	29
13	<b>ANÁLISE DA OBSERVÂNCIA DO DISPOSTO NO ART. 29-A DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, REFERENTE AO REPASSE MENSAL DE RECURSOS AO PODER LEGISLATIVO</b>	30
14	<b>AVALIAÇÃO SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELO GESTOR DIANTE DE DANOS CAUSADOS AO ERÁRIO</b>	31
15	<b>DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS PAGAS A TÍTULO DE OBRIGAÇÕES PATRONAIS AO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.</b>	32
16	<b>APLICAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICO REALIZADOS POR ENTIDADES PRIVADO.</b>	33
17	<b>MEDIDAS ADOTADAS PARA PROTEGER O PATRIMÔNIO PÚBLICO, EM ESPECIAL O ATIVO IMOBILIZADO.</b>	34
18	<b>TERMO DE PARCERIAS FIRMADOS E PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO EM CONSÓRCIO PÚBLICO E IMPACTO ORÇAMENTÁRIO.</b>	35
19	<b>DEMONSTRATIVO DA CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS (LEI 23.422/2019)</b>	36
20	<b>CUMPRIMENTO DOS PRAZOS DE EMCAMINHAMENTOS DE INFORMAÇÕES AO SICOM.</b>	37
21	<b>CONCLUSÃO</b>	38
21.1	Parecer do Controle Interno	39

## 1 APRESENTAÇÃO

Nos termos do art. 74 da Constituição da República, art. 59 da Lei Complementar nº 101/00, art. 63 a 66 da Lei Complementar nº 102/2008 e em atendimento ao disposto nas Instruções Normativas nº 08/2008 e nº 03/2014 do TCE/MG, ao art. 11 da Lei Municipal nº 0329 de 2006, combinados com os artigos Lei n.º 4.320/64, apresenta-se o Relatório de Controle Interno da Prestação de Contas do exercício financeiro.

## 2 INTRODUÇÃO

O encerramento das contas do exercício financeiro de 2022 evidenciou mais uma vez a evolução das práticas adotadas na administração pública com relação ao planejamento e acompanhamento da execução orçamentária

As exigências trazidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF para garantir o equilíbrio, a transparência e o controle das contas públicas estão se consolidando, demonstrando que a condução dos negócios públicos está pautada na gestão fiscal responsável.

Nestes aspectos, procurou-se durante o ano de 2022, otimizar a prestação de serviços internos e externos, sendo incisivos e exigentes quanto à necessidade de planejar a programação financeira e a realização dos desembolsos, preservando a legalidade e desta forma também garantindo a legitimidade dos processos.

O Sistema de Controle Interno atuou de forma integrada, visando o cumprimento dos programas e metas do governo, atendendo desta forma toda a legislação que rege a matéria, acompanhando de forma prévia, concomitante e subsequente as ações desenvolvidas, visando à proteção dos ativos, a obtenção de informações adequadas, a promoção da eficiência operacional, a estimulação da obediência e do respeito às políticas da administração, zelando também pela gestão otimizada dos processos desta administração.

## 3 AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL E NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA

O Plano Plurianual – PPA foi utilizado como um instrumento de planejamento estratégico das ações deste governo, orientando inclusive a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e da Lei Orçamentária Anual – LOA.

Procurou-se organizar todas as ações a serem desenvolvidas no Município em programas, compatibilizando-os aos recursos disponíveis, decorrentes do planejamento da receita e da despesa e da entrada e saída efetiva de recursos financeiros, destinados inclusive a financiar despesas de custeio.

Na avaliação do cumprimento das metas correlacionou-se a eficácia, a eficiência e a efetividade, de forma que o objetivo foi o de constatar se:

- a meta atingida foi a meta proposta?
- não poderia gastar menos ao se realizar a ação?
- a ação alcançou, de fato, os anseios da população?

Também se considerou a arrecadação das receitas do nosso Município, a qual se efetivou de modo esperado, sendo, portanto, suficiente para realizar quase todos os programas/ações definidos no PPA.

A LDO estabeleceu-se como o elo entre o PPA e a LOA do nosso Município. Ao elaborar a



## 3.2 Metas de Receita, Despesa e Resultado Primário

Demonstra-se no quadro a seguir a avaliação das metas fiscais de Receitas, Despesas e Resultado Primário do exercício de 2022, estabelecidas na LDO, conforme determina o § 1º, do art. 4º, da LRF:

Quadro 2

**AVALIAÇÃO DAS METAS DE RECEITA, DESPESA E RESULTADO  
PRIMÁRIO ESTABELECIDAS NA LDO  
EXERCÍCIO DE 2022**

DISCRIMINAÇÃO	META ESTABELECIDA R\$	REALIZADA R\$
Receita Total	19.600.000,00	25.478.184,83
(-) Aplicações Financeiras	325.000,00	1.011.229,24
(-) Operações de Crédito	0,00	0,00
(-) Receitas de Alienação de Ativos	10.000,00	0,00
(-) Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
(+) Outras Deduções de Receita	0,00	0,00
(+) Receita de Capital	100.000,00	1.052.682,65
<b>= RECEITA FISCAL (I)</b>	<b>19.365.000,00</b>	<b>25.519.638,24</b>
Despesa Total (Liquidada)	18.153.104,00	19.498.687,38
(-) Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00
(+) Despesas de Capital	1.546.896,00	3.089.350,60
(-) Amortização da Dívida	960,00	850,92
(-) Concessão de Empréstimos	0,00	0,00
(-) Títulos de Capital já integralizado	0,00	0,00
(+) Restos a pagar processados pagos	0,00	42.896,36
(+) Restos a pagar não Processados	0,00	351.295,36
<b>= DESPESA FISCAL (II)</b>	<b>19.699.040,00</b>	<b>22.981.378,78</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (I - II)</b>	<b>- 334.040,00</b>	<b>2.538.259,46</b>

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta

Houve um Superávit de R\$ 2.538.259,46

— Dois milhões quinhentos e trinta e oito mil duzentos e cinquenta e nove reais e quarenta e seis centavos.

### 3.3 Metas de Resultado Nominal

Demonstra-se no quadro a seguir a apuração do Resultado Nominal alcançado no exercício de 2022 comparando-o com a meta estabelecida na LDO, conforme determina o § 1º, do art. 4º, da LRF:

Quadro 3

#### DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL ALCANÇADO EXERCÍCIO DE 2022

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1

CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	ABAIXO DA LINHA		R\$
	SALDO		
	Em 31/Dez/2021 (a)	Jan a Dez/2022 (b)	
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)		0,00	0,00
DEDUÇÕES (XXIX)		6.103.828,25	9.309.600,57
Disponibilidade de Caixa		6.103.828,25	9.309.600,57
Disponibilidade de Caixa Bruta		6.150.432,61	9.743.696,80
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)		46.604,36	310.779,35
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	123.316,88
Demais Haveres Financeiros		0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)		-6.103.828,25	-9.309.600,57
<b>RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)</b>			<b>3.205.772,32</b>
AJUSTE METODOLÓGICO		Jan a Dez/2022	
VARIAÇÃO DO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)			-264.174,99
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)			0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)			0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)			0,00
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)			0,00
AJUSTES RELATIVOS AO RPPS (XXXVII)			0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVIII)			0,00
<b>RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXIX) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII + XXXVIII)</b>			<b>3.469.947,31</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XL) = XXXIX - (XXV - XXVI)</b>			<b>2.458.718,07</b>
INFORMAÇÕES ADICIONAIS		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			4.600.513,12
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS			0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais			4.600.513,12
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			0,00

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta.

O Resultado Nominal corresponde a diferença entre: Dívida Fiscal Líquida no final do exercício anterior e o exercício atual. Conforme evidenciado no demonstrativo acima, verifica-se que houve um resultado nominal Superavitário de – R\$ 3.205.772,32 — Três milhões duzentos e cinco mil setecentos e setenta e dois reais e trinta e dois centavos.

## 4 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTO À EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A LOA configurou-se em nosso Município como um instrumento de planejamento, indo além da mera estimativa de receita e despesa. Procurou-se, através da mesma, estabelecer políticas voltadas para o atendimento dos anseios da população, equacionando-as com os recursos disponíveis no Município

### 4.1 Elaboração do Orçamento

A LOA do Município para o exercício financeiro de 2022, foi elaborada conforme disposições contidas na Lei nº 4.320/64, na Portaria nº 42/99, do Ministério de Estado do Orçamento e Gestão, na Portaria Interministerial da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão nº 163/01 e suas alterações, nas demais Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e nas demais legislações pertinentes, tendo sido aprovada por meio da Lei nº 00892 de 12 de Novembro de 2021.

Durante o processo de elaboração da proposta orçamentária, foram verificadas quais eram as demandas existentes no Município e as providências para o seu equacionamento, combinadas com aquelas definidas no PPA e na LDO e com a expectativa de receita para o exercício.

Consagrando os princípios da democracia e da transparência e, ainda, atendendo ao parágrafo único, do art. 48, da LRF, foi assegurada à população a participação nos trabalhos de elaboração do orçamento.

Com relação à estimativa da receita, procurou-se adotar os seguintes critérios:

- A evolução média da receita nos últimos 03 (três) anos, verificada por meio de métodos estatísticos;
- Os fatores conjunturais que poderiam influenciar a produtividade de cada fonte;
- A previsão do repasse do ICMS e do FPM;
- A expansão do número de contribuintes e as alterações na legislação tributária;
- A projeção das receitas de transferências de outros entes;
- A legislação vigente.

A fixação da despesa para cada unidade orçamentária decorreu do fato de examinar:

- Quais eram as demandas internas existentes, conjugada com a observação histórica das despesas efetivamente realizadas nos 03 (três) últimos exercícios financeiros;
- As metas previstas no PPA;
- As metas e prioridades definidas na LDO;
- A implementação de programas de redução de despesas em caráter geral;
- A fixação da reserva de contingência, conforme LDO;
- A receita estimada;
- A legislação vigente.

A receita do Município foi, portanto, estimada em R\$ 19.300.000,00

— Dezenove milhões e setecentos mil reais.

e a despesa foi fixada em igual valor, conforme demonstrado no quadro abaixo.

Quadro 4

**LEI ORÇAMENTÁRIA  
EXERCÍCIO DE 2022**

	(R\$)		(R\$)
Receitas Correntes	22.584.000,00	Despesas Correntes	18.054.144,00
Receitas de Capital	100.000,00	Despesas de Capital	1.547.856,00
Deduções para o FUNDEB	(2.984.000,00)	Reserva de Contingência	98.000,00
		Reserva Orçamentária	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>19.700.000,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>19.700.000,00</b>

Nota: Incluídas as receitas e despesas intra-orçamentárias.

#### 4.2 Execução do Orçamento

A execução orçamentária foi realizada segundo os mandamentos definidos na Lei nº 4.320/64, Lei nº 8.666/93, LRF e demais legislações pertinentes.

Após a publicação da LOA, atendendo o art. 8º da LRF, foram elaborados os quadros de Programação Financeira, Cronograma Mensal de Desembolso e Metas Bimestrais de Arrecadação, com o objetivo de manter o equilíbrio das contas públicas.

Desta forma e de maneira bem simples atentou-se primeiramente para a receita, geração e montante, e depois se definiu a despesa, quando seriam efetivados os gastos e os respectivos montantes, sempre de forma a estabelecer e a garantir o equilíbrio das contas do Município.

A programação financeira consistiu em planejar mensalmente o fluxo de entrada de recursos e com base nele estabeleceu-se o cronograma de desembolso (saídas de caixa) e os valores a serem distribuídos através das cotas. Ou seja, primou-se por conhecer bem o comportamento das receitas durante o ano e atentou-se para quaisquer mudanças que de alguma forma poderiam alterar a produtividade de cada fonte durante o exercício financeiro 2022.

Nestes aspectos a programação financeira – Receita, foi elaborada mensalmente com base:

- Na análise do comportamento de receita por receita;
- Nas indicações e orientações dos técnicos que trabalham direta e indiretamente com a arrecadação;
- Nas indicações com base na proporção de receitas realizadas no ano anterior;
- Nas informações oriundas da proposta orçamentária aprovada para 2022;
- Nas informações oriundas de receitas vinculadas estimadas;
- Na experiência e no bom senso.

Feita a programação da receita, estabeleceu-se o Cronograma de Desembolso Mensal – Despesa, por meio de:

- Indicações baseadas no conhecimento das despesas fixas, tais como: folha de pagamento e encargos, energia, telefone, contratos, parcelamentos de dívidas e convênios;
- Indicações baseadas na proporção de despesas realizadas no ano anterior;
- Indicações dos técnicos que trabalham diretamente com a geração da despesa;
- Informações oriundas da proposta orçamentária aprovada para 2022;
- Informações do setor de pessoal da entidade;
- Informações oriundas das receitas vinculadas estimadas;
- Indicações das próprias unidades administrativas da entidade com relação à programação mensal de suas despesas;
- Indicação das reservas técnicas;
- Informações relativas aos valores a serem repassados mensalmente para a câmara;
- Previsão dos pagamentos dos restos a pagar de exercícios anteriores;

- Experiência e bom senso.

Após, elaborados a programação financeira e o cronograma de desembolso, efetuou-se a distribuição das cotas, que corresponde ao recurso financeiro liberado em determinado período de tempo. Estes instrumentos visaram regular o equilíbrio fiscal durante a execução orçamentária e financeira.

Durante todo o ano realizou-se o acompanhamento da receita e da despesa. Quando era verificada a frustração da receita realizada em relação à prevista, refazia-se todo o planejamento, procedendo assim ao controle das despesas, visando garantir o equilíbrio das contas públicas.

#### 4.3 Balanço Orçamentário

Por meio do Balanço Orçamentário pode-se observar a capacidade de planejamento, uma vez que o mesmo demonstra as receitas e as despesas previstas, em confronto com as realizadas, bem como fornece condições para verificar de forma global, o desempenho desta administração em termos de arrecadação e do emprego dos recursos públicos.

Quadro 5

#### BALANÇO ORÇAMENTÁRIO EXERCÍCIO DE 2022

RECEITA				DESPESA			
TÍTULOS	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	DIFERENÇA (R\$)	TÍTULOS	FIXAÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	DIFERENÇA (R\$)
Receitas Correntes	22.584.000,00	29.178.292,27	6.594.292,27	Despesa correntes	21.984.536,00	19.097.874,54	(2.536.520,78)
Receitas de Capital	100.000,00	1.052.682,65	952.682,65	Despesas de capital	4.663.856,36	3.089.350,60	(1.570.605,76)
Deduções para o FUNDEB	(2.984.000,00)	(3.700.107,44)	(716.107,44)	Reserva de contingência	98.000,00	0,00	(98.000,00)
Soma	19.700.000,00	26.530.867,48	6.830.867,48	Soma	26.746.392,36	22.191.125,14	(4.205.126,54)
Déficit	7.046.392,36	0,00	(7.046.392,36)	Superávit	0,00	4.339.742,34	4.339.742,34
<b>TOTAL</b>	<b>26.746.392,36</b>	<b>26.530.867,48</b>	<b>(215.524,88)</b>	<b>TOTAL</b>	<b>26.746.392,36</b>	<b>26.530.867,48</b>	<b>134.615,80</b>

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta

A receita orçada para o exercício foi de R\$ 19.700.000,00.

— Dezenove milhões e setecentos mil Reais.

A receita arrecadada foi de R\$ 26.530.867,48

— Vinte e seis milhões quinhentos e trinta mil oitocentos e sessenta e sete reais e quarenta e oito centavos.

Ocorreu um Superávit de arrecadação no valor de: R\$ 6.830.867,48.

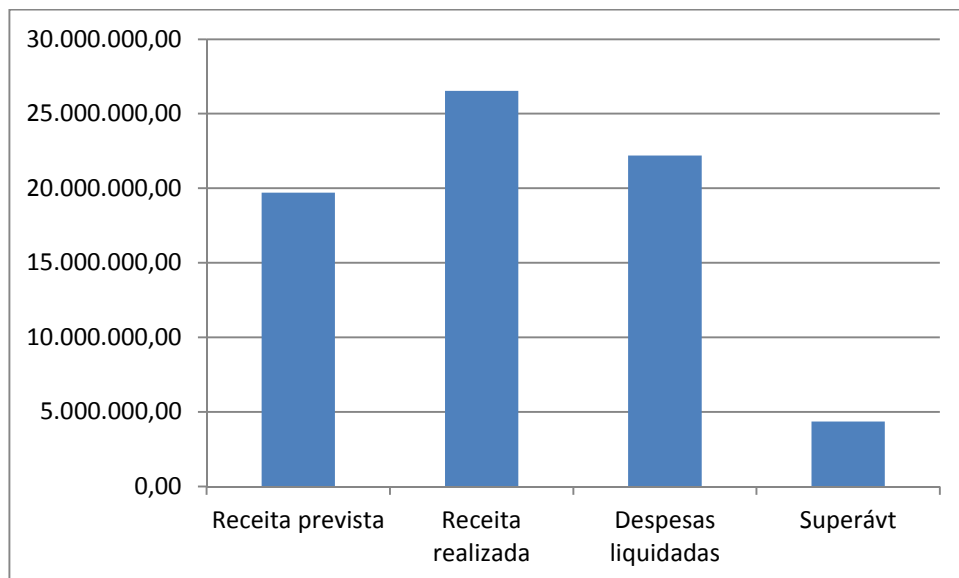
— Seis milhões oitocentos e trinta mil oitocentos e sessenta e sete reais e quarenta e oito centavos .

Na coluna da Despesa, ocorreu um superávit de execução no valor de: R\$ 4.339.742,34

— Quatro milhões trezentos e trinta e nove mil setecentos e quarenta e dois reais e trinta e quatro centavos.

O superávit apresentado na execução das despesas, foi devido ao uso dos superávits dos anos anteriores.

## Comparativo de Receita / Despesas - Exercício 2022



### 4.4 Créditos adicionais

#### 4.4.1 Créditos suplementares

Os créditos suplementares destinados ao reforço de dotações orçamentárias foram abertas em conformidade com o que prescreve o art. 40 da Lei nº 4.320/64 e art. 167, inciso V, da Constituição da República e respeitaram o limite autorizado na LOA e em leis especiais.

Os Créditos Suplementares abertos no exercício foram de R\$ 11.494.365,26  
— Onze milhões quatrocentos e noventa e quatro mil trezentos e sessenta e cinco reais e vinte e seis centavos.

Sendo que desse total, o valor aberto de acordo com o previsto na LOA foi de: R\$ 4.849.154,25 e o valor aberto através de Leis Específicas foi de: R\$ 6.645.211,01

Quadro 6

APURAÇÃO DO LIMITE DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES ABERTOS NO EXERCÍCIO DE 2022	
Lei Orçamentária de 2021	19.700.000,00
( X ) Limite dos Créditos Suplementares Autorizados pela Lei Orçamentária	25%
( = ) Valor dos Créditos Suplementares Autorizados pela Lei Orçamentária	4.925.000,00
( = ) Total dos Créditos Suplementares Autorizados pela LOA	4.925.000,00
( - ) Total dos Créditos Suplementares Abertos no Exercício	4.849.154,25
( = ) Diferença a Maior ou a Menor	75.845,75

O total de Créditos Suplementares Autorizados pela LOA e abertos neste exercício foi de: R\$ 4.849.154,25  
Estando portanto em Conformidade com o limite previsto na LOA, que como se vê foi de: R\$ 4.925.000,00

#### 4.4.2 Créditos especiais

Para a abertura dos Créditos Especiais foram observados, os requisitos do art. 40 da Lei nº 4.320/64, do art. 167; inciso V, da Constituição da República, dos arts. 15, 16, 17 e 45 da LRF e a existência de prévia autorização legislativa.

Os créditos especiais atingiram o valor de R\$ 266.707,60  
— Duzentos e sessenta e seis mil setecentos e sete reais e sessenta centavos.

Quadro 7

APURAÇÃO DO LIMITE DE CRÉDITOS ESPECIAIS ABERTOS NO EXERCÍCIO DE 2022	
Total dos Créditos Especiais Autorizado	R\$ 266.707,60
( - ) Total dos Créditos Especiais Abertos no Exercício	R\$ 266.707,60
( = ) Diferença a Maior ou a Menor	R\$ 0,00

#### 4.4.3 Créditos extraordinários

Não houve abertura de créditos extraordinários no exercício de 2022.

#### 4.4.4 Excesso de arrecadação utilizado para a abertura de créditos adicionais

Quadro 8

APURAÇÃO DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO UTILIZADO PARA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS EXERCÍCIO DE 2021					
DR.	Receita prevista	Receita arrecadada	Excesso ou Insuf. de Arrecadação	Créditos Abertos	Créditos adicionais sem recursos
100	8.753.270,00	10.605.409,25	1.852.139,25	536.517,67	0,00
101	1.229.600,00	1.614.090,49	386.490,49	273.646,39	0,00
102	3.516.250,00	4.407.501,03	891.251,03	114.330,69	0,00
106	200.000,00	212.362,18	12.362,18	11.898,62	0,00
118	1.898.000,00	2.416.662,10	518.662,10	498.234,01	0,00
114	500,00	457.746,98	457.246,98	450.000,00	0,00
155	130.000,00	2.284.071,11	2.154.071,11	701.583,24	0,00
156	26.320,00	67.504,58	41.184,58	11.580,75	0,00
168	0,00	507.293,90	507.293,90	250.000,00	0,00
170	551.600,00	1.088.369,53	536.769,53	265.087,87	0,00
186	150.000,00	341.922,84	191.922,84	134.000,00	0,00

## 4.4.5 Superávit financeiro utilizado para a abertura de créditos adicionais

Quadro 9

APURAÇÃO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO (EXERCÍCIO ANTERIOR)  
UTILIZADO PARA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS

Análise de suplementação por Superavit Financeiro		(C)	(D)	(E-D-C)	(F)	(G)	(H)-F-G-E
DR	Descrição	SUFICIENCIA/ INSUFICIENCIA	CRÉDITOS ABERTOS	CRÉD. ABERTOS SEM RECURSO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA	DESPESA EMPENHADA SEM RECURSO
000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	2.871.169,77	2.796.061,47	0,00	2.796.061,47	1.709.637,94	0,00
001	EDUCAÇÃO 25%	386.488,19	241.231,74	0,00	241.231,74	224.396,97	0,00
002	SAÚDE 15%	604.955,36	598.036,55	0,00	889.036,55	851.918,20	0,00
006	TRANSF.RECURSOS PROGR.ESTADUAL DE TRANSP	45.147,56	45.147,56	0,00	45.147,56	7.228,31	0,00
008	COMPENSAÇÃO FINANC.RECURSOS MINERAIS(CFE	6.922,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
012	SERVIÇOS DE SAÚDE	2.729,31	2.729,31	0,00	2.729,31	2.032,00	0,00
016	CIDE	7.337,36	7.337,36	0,00	7.337,36	7.237,00	0,00
017	ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP	469,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
018	FUNDEB 70%	0,00	4,46	4,46	24.763,82	21.568,95	0,00
019	FUNDEB 30%	68.601,29	1.300,00	0,00	1.300,00	1.275,94	0,00
024	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	215.435,33	188.648,13	0,00	188.648,13	188.648,11	0,00
029	FNAS - FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOC	202.180,60	162.311,76	0,00	162.863,76	126.770,27	0,00
043	PDDE	3.515,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
044	PNAE	6.428,07	505,81	0,00	505,81	0,00	0,00
045	PNATE	47.897,95	43.588,47	0,00	43.588,47	37.512,97	0,00
047	SALÁRIO EDUCAÇÃO	34.719,47	33.996,42	0,00	33.996,42	7.706,85	0,00
053	TRANSF.DE RECUR. SUS-BLOCO ESTRUTURAÇÃO	22.023,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
054	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO SUS	324.586,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
055	FES - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	322.536,72	157.202,11	0,00	157.202,11	150.509,07	0,00
056	FEAS - FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOC	61.211,19	2.484,00	0,00	2.484,00	2.070,00	0,00
059	TRANSF.DE RECUR. SUS-BLOCO DE MANUTENÇÃO	68.911,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
060	TRANSF.UNIÃO-BÔNUS ASS.CONTR. PART.PROD.	63,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
061	AUX.FINAN.COVID19 P/ APLIC.SAU.ASS.SOCI	37.805,85	15.000,00	0,00	15.000,00	10.100,00	0,00
068	TRANSF. ESPECIAL DO ESTADO - BRUMADINHO	304.927,97	304.927,97	0,00	304.927,97	304.927,95	0,00
Total:		5.646.064,49	4.600.513,12	4,46	4.916.824,48	3.653.540,53	0,00

OBS: Na DR 19 houve créditos aberto SEM RECURSO, no entanto no somatório das fontes 118 e 119 o saldo ficou dentro do disponível visto que as duas fontes pertencem a mesma receita de recurso.

## 4.4.6 Operações de crédito utilizadas para a abertura de créditos adicionais

Não houve operações de créditos para a abertura de créditos adicionais no exercício de 2022.

## 4.5 Análise do comportamento da receita arrecadada no exercício em relação aos exercícios anteriores

Promoveu-se uma análise horizontal e vertical da receita orçamentária arrecadada nos últimos três anos, conforme a seguir:

Quadro 10

## COMPARATIVO DA RECEITA ARRECADADA

## EXERCÍCIOS DE 2020, 2021, 2022

EXERCÍCIOS	2020		2021			2022		
	Arrecadação (R\$)	AV (%)	Arrecadação (R\$)	AH (%)	AV (%)	Arrecadação (R\$)	AH (%)	AV (%)
Receitas Correntes	18.934.658,81	97,46	21.823.575,63	15,26	97,98	29.178.292,27	33,7	96,52
Receitas de Capital	492.374,36	2,54	450.000,00	(8,61)	2,02	1.052.682,65	233,93	3,48
TOTAL	19.427.033,17	100	22.273.575,63	14,65	100	30.230.974,94	35,73	100

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta

No exercício de 2022 as Receitas Correntes participaram com 96,52% das receitas orçamentárias. Já as Receitas de capital com 3,48%

Do exercício de 2021 para o de 2022  
Ocorreu um aumento da Receita de 35,73%

#### 4.6 Análise do comportamento da despesa realizada no exercício em relação aos exercícios anteriores

O quadro a seguir mostra a Análise horizontal e vertical da despesa orçamentária realizada nos últimos três anos.

Quadro 11

## COMPARATIVO DA DESPESA REALIZADA 2020, 2021, 2022

EXERCÍCIOS	2020		2021			2022		
	Realizada (R\$)	AV (%)	Realizada(R\$)	AH (%)	AV (%)	Realizada (R\$)	AH (%)	AV (%)
Despesa Corrente	12.883.326,23	76,32	15.402.456,80	19,55	89,68	19.097.874,54	24	86,06
Despesa de Capital	3.997.558,50	23,68	1.771.758,43	(55,68)	10,32	3.089.350,60	74,37	3,94
TOTAL	16.880.884,73	100	17.174.215,23	1,74	100	22.191.125,14	29,21	100

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta

#### 4.7 Reserva de Contingência

Como não ocorreu nenhum fato relacionado a risco fiscal ou passivo contingente, a reserva de contingência foi utilizada como fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais.

## 5 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTO À EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DA GESTÃO FINANCEIRA

O Balanço Financeiro demonstra os recebimentos e os pagamentos de natureza orçamentária e extra orçamentária ocorridos no exercício de 2022, conjugados com os saldos em espécie, provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.

Em síntese, a execução financeira no exercício financeiro de 2022 assim pode ser demonstrada:

Quadro 12

BALANÇO FINANCEIRO EXERCÍCIO 2022			
INGRESSOS (R\$)		DISPÊNDIOS (R\$)	
Orçamentários	26.530.867,48	Orçamentários	22.588.037,98
Extra orçamentários – repasses recebidos	1.951.676,31	Extra orçamentários – repasses concedidos	2.301.241,62
Transferências Financeiras Recebidas	880.015,80	Transferências Financeiras Concedidas	880.015,80
SOMA	28.482.543,79	SOMA	24.889.279,60
Disponível no Período Anterior	6.150.432,61	Disponível para o Período Seguinte	9.743.696,80
<b>TOTAL</b>	<b>34.632.976,40</b>	<b>TOTAL</b>	<b>34.632.976,40</b>

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta.

Procedimentos adotados relativos à execução financeira:

- As receitas foram registradas pelo Regime de Caixa e as despesas pelo Regime de Competência;
- O processo de pagamento assegura que foram cumpridas todas as formalidades legais;
- O boletim diário de caixa foi escriturado diariamente;
- As conciliações bancárias foram elaboradas mensalmente;
- Os recursos vinculados foram devidamente aplicados nas finalidades específicas, sendo que os saldos não aplicados mantiveram-se na conta bancária vinculada para ser aplicado no exercício seguinte, conforme determina o parágrafo único, do art. 8º, da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- Os rendimentos de aplicações financeiras de recursos vinculados foram devidamente aplicados nas finalidades específicas;
- As aplicações financeiras foram realizadas em bancos oficiais, tais como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco e Itaú.
- As despesas orçamentárias pendentes de quitação até o dia 31/12 foram inscritas em Restos a Pagar, utilizando-se como contrapartida a receita extra orçamentária;
- O balanço financeiro confere com o quadro de apuração de receitas e despesas.

## 6 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTO À EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DA GESTÃO PATRIMONIAL

De forma resumida, assim pode ser demonstrado o patrimônio do Município nos exercícios de 2021 e 2022.

### 6.1 Comparativo do Balanço Patrimonial

Quadro 13

COMPARATIVO DO BALANÇO PATRIMONIAL					
EXERCÍCIOS DE 2021 e 2022					
ATIVO			PASSIVO		
TÍTULOS	2021 (R\$)	2022 (R\$)	TÍTULOS	2021 (R\$)	2022 (R\$)
Financeiro	6.196.511,66	9.753.521,40	Financeiro	547.765,34	810.198,77
Permanente	17.169.597,15	22.832.212,69	Permanente	0,00	195.342,03
Soma do Ativo Real	23.366.108,81	32.585.734,09	Soma do Passivo Real	547.765,47	1.005.540,80
Passivo Real a Desc.	0,00	0,00	Ativo Real Líquido	22.818.343,47	31.580.193,29
Compensado	0,00	0,00	Compensado	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>23.366.108,81</b>	<b>32.585.734,09</b>	<b>TOTAL</b>	<b>23.366.108,61</b>	<b>32.585.734,09</b>

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta.

O Balanço Patrimonial demonstra a posição patrimonial da entidade no final do período, com detalhe das contas representativas das disponibilidades de bens, direitos e obrigações, evidenciando o saldo patrimonial da entidade - patrimônio líquido.

Os saldos iniciais de todas as contas são idênticos ao saldo final apresentado no Balanço Patrimonial do exercício anterior.

#### Ativo Financeiro

► Não constam valores em Caixa - (disponibilidade de valores em espécie), conforme verificação efetuada no Balanço Financeiro e no Termo de Conferência de Caixa em 31/12/22.

► Bancos - os saldos dos bancos conferem com os extratos bancários devidamente conciliados em 31/12/22.

► Devedores Diversos - o saldo de devedores diversos conferem com os créditos da entidade com terceiros de curto prazo.

## Ativo Permanente

► Bens Móveis, Imóveis e de Natureza Industrial - os saldos dos Bens Móveis, Imóveis conferem com o Inventário Geral Analítico de 31/12/22, sendo que os bens incorporados e desincorporados estão especificados na relação denominada Demonstrativo dos Bens Incorporados e Desincorporados. Constatou-se que é mantido de forma organizada o registro analítico dos bens de natureza permanente, que são expedidos termos de responsabilidade dos bens, que há controle de incorporações e desincorporações e que o inventário analítico foi elaborado de acordo com as exigências legais.

► Almojarifado - o saldo dos bens em Almojarifado confere com o Inventário dos bens em estoque de 31/12/22 (ou declaração do Setor de Almojarifado). Para evitar quaisquer tipos de desvios é mantido de forma eficiente o controle de entradas e saídas do estoque, permitindo verificar e assegurar a consistência com a parte física. As instalações do(s) almojarifado(s) estão em bom estado de conservação, podendo nela(s) serem armazenados os estoques.

► Dívida Ativa Tributária - o saldo da Dívida Ativa Tributária confere com a Declaração do Setor de Tributação em 31/12/22 e os lançamentos de inscrições e cobranças foram registrados corretamente. Constatou-se que existe sistema de cobrança administrativa e judicial, controle dos prazos prescricionais e que o cadastro de contribuinte está atualizado.

## Passivo Financeiro

► Restos a pagar de 2022 - os valores demonstrados no Balanço Patrimonial e no Memorial de Restos a Pagar, estão em igualdade de valores.

► Restos a Pagar de exercícios anteriores - os saldos dos Restos a Pagar dos exercícios anteriores conferem com as respectivas notas de empenhos a pagar.

► Consignações - os saldos das consignações conferem com os valores a recolher para terceiros em curto prazo.

## Passivo Permanente

► Dívida Fundada Interna - os saldos dos empréstimos, financiamentos e parcelamentos conferem com as Certidões/Declarações expedidas pelas entidades credoras em 31/12/22.

## Saldo Patrimonial

► O saldo patrimonial é a diferença entre a soma do Ativo Real e a soma do Passivo Real. Quando a diferença é positiva apura-se o Ativo Real Líquido, caso contrário apura-se o Passivo Real a Descoberto.

Em 2022, apurou-se um Ativo Real Líquido de R\$ 31.580.193,29

—Trinta e um milhões quinhentos e oitenta mil cento e noventa e três reais e vinte e nove centavos.

## 6.2 Demonstração das Variações Patrimoniais

Quadro 14

**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS  
EXERCÍCIO DE 2022**

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS				VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA</b>		<b>568.405,44</b>	<b>0,00</b>	<b>PESSOAL E ENCARGOS</b>		<b>9.567.107,22</b>	<b>0,00</b>
IMPOSTOS		467.093,39	0,00	REMUNERAÇÃO A PESSOAL		7.601.077,38	0,00
TAXAS		101.312,05	0,00	ENCARGOS PATRONAIS		1.430.229,84	0,00
<b>CONTRIBUIÇÕES</b>		<b>268.795,95</b>	<b>0,00</b>	BENEFÍCIOS A PESSOAL		535.800,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		268.795,95	0,00	<b>USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO</b>		<b>9.983.735,75</b>	<b>0,00</b>
<b>EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS</b>		<b>259.052,69</b>	<b>0,00</b>	USO DE MATERIAL DE CONSUMO		4.215.386,44	0,00
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		259.052,69	0,00	SERVIÇOS		5.045.436,85	0,00
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS</b>		<b>1.027.857,12</b>	<b>0,00</b>	DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		722.912,46	0,00
JÚROS E ENCARGOS DE MORA		16.504,66	0,00	<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS</b>		<b>850,92</b>	<b>0,00</b>
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS		1.011.229,24	0,00	VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS		850,92	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS		123,22	0,00	<b>TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS</b>		<b>4.988.425,17</b>	<b>0,00</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS</b>		<b>29.055.667,42</b>	<b>0,00</b>	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		880.015,80	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		880.015,80	0,00	TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS		3.700.107,44	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS		28.088.353,85	0,00	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS		357.978,65	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS		87.297,77	0,00	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS		50.323,28	0,00
<b>VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PA</b>		<b>126.900,00</b>	<b>0,00</b>	<b>TRIBUTÁRIAS</b>		<b>298.960,96</b>	<b>0,00</b>
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS		126.900,00	0,00	CONTRIBUIÇÕES		298.960,96	0,00
<b>OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>		<b>15.257,80</b>	<b>0,00</b>	<b>OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>		<b>318.868,91</b>	<b>0,00</b>
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		15.257,80	0,00	INCENTIVOS		238.232,48	0,00
				DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		80.636,43	0,00
<b>TOTAL DAS VARIAÇÕES AUMENTATIVAS</b>		<b>31.321.936,42</b>	<b>0,00</b>	<b>TOTAL DAS VARIAÇÕES DIMINUTIVAS</b>		<b>25.157.948,93</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL</b>		<b>31.321.936,42</b>	<b>0,00</b>	<b>RESULTADO PATRIMONIAL (SUPERÁVIT)</b>		<b>6.163.987,49</b>	<b>0,00</b>
				<b>TOTAL</b>		<b>31.321.936,42</b>	<b>0,00</b>

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta.

- ▶ A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações ocorridas no patrimônio durante o exercício, resultante ou independente da execução orçamentária, evidenciando o resultado patrimonial apurado no exercício.

#### Mutações Patrimoniais - Ativas

- ▶ O total de bens móveis incorporados por aquisição confere com o total da despesa realizada no elemento 4490.52 – Equipamentos e Material Permanente;
- ▶ O total de bens imóveis de domínio patrimonial incorporados por aquisição e construção confere com a despesa realizada nos elementos 4490.51 – Obras e Instalações, 4490.61 – Aquisição de Imóveis.

#### Mutações Patrimoniais - Passivas

- ▶ O total da baixa por Cobrança da Dívida Ativa confere com a receita arrecadada na rubrica 1931.00.00 - Receita da Dívida Ativa e 1913.00.00 - Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos;

#### Independentes da Execução Orçamentária - Ativas

- ▶ Os valores de incorporações de bens por verificação, recadastramento, transferências e

doações conferem com a Demonstração dos Bens Incorporados;

- ▶ O valor da inscrição da Dívida Ativa Tributária confere com a Declaração do Setor de Tributação;
- ▶ O valor da atualização da Dívida Ativa Tributária confere com a Declaração do Setor de Tributação;
- ▶ O valor das entradas no almoxarifado confere com o valor apurado pelo Setor de Almoxarifado.

#### Independentes da Execução Orçamentária - Passivas

- ▶ Os valores de baixas de bens por verificação, transferências e doações, conferem com o Demonstrativo dos Bens Desincorporados
- ▶ O valor das baixas no almoxarifado confere com o valor apurado pelo Setor de Almoxarifado;

#### Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial é a diferença entre as Variações Patrimoniais Ativas e as Passivas, e representa as alterações patrimoniais do exercício. Em 2022, apurou-se um superávit de R\$ 6.163.987,42

— Seis milhões cento e sessenta e três mil novecentos e oitenta e sete reais e quarenta e dois centavos.

### 6.3 Demonstração da Dívida Fundada Interna

Quadro 15

#### DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA EXERCÍCIO DE 2022

TÍTULOS	SALDO ANTERIOR	EMIÇÃO	ATUALIZAÇÃO	RESGATE	CANCELAMENTO	SALDO ATUAL
Parc. Provias/Feam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Por Títulos/Diversos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Este quadro demonstra a dívida de longo prazo, ou seja, a dívida com prazo de pagamento superior a 12 meses. Todas as obrigações de longo prazo (empréstimos, financiamentos e parcelamentos) estão corretamente demonstradas na Dívida Fundada.

- ▶ O saldo anterior apresentado na Demonstração da Dívida Fundada, confere com o saldo apurado no final do ano anterior.
- ▶ O valor da amortização apresentado na Demonstração da Dívida Fundada, confere com a despesa contabilizada nos elementos de despesa: 4690.71 – Principal da Dívida Contratual Resgatado

## 6.4 Limites da Dívida

Quadro 16

APURAÇÃO DOS LIMITES DA DÍVIDA CONSOLIDADA		
LÍQUIDA EXERCÍCIO DE 2022		
TÍTULOS	2021 R\$	2022 R\$
Dívida Consolidada Líquida ( A )	(6.149.907,30)	(9.309.600,57)
Receita Corrente Líquida ( B )	18.779.623,602	25.478.184,83
Comprometimento da Dívida Consolidada Líquida em relação à Receita Corrente Líquida ( A / B )	(0,33)	(0,37)
Limite de máximo de endividamento em 2022 (1,2 ou o índice apurado conforme artigos 3º e 4º da Resolução 40/01 do Senado Federal e suas alterações)	Limite Res. 40/01 1,20	30.573.821,80

## 6.5 Demonstração da Dívida Flutuante

Quadro 17

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE				
EXERCÍCIO DE 2022				
TÍTULOS	SALDO ANTERIOR	Receita	Pagamentos	SALDO FINAL
Restos a Pagar Não Processados	372.476,06	0,00	337.555,36	34.920,70
Restos a Pagar Processado	46.604,36	0,00	42.896,36	3.708,00
Serviços da Dívida a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos e consignações	71.424,48	1.023.661,24	981.424,05	113.661,67
Débitos de Tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>490.504,90</b>	<b>1.023.661,24</b>	<b>1.361.875,77</b>	<b>152.693,83</b>

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta.

Este quadro demonstra a dívida de curto prazo, ou seja, a dívida com prazo de vencimento inferior a 12 meses. Todas as obrigações do Município de curto prazo (Restos a Pagar, Serviços da Dívida a Pagar, Depósitos, Débitos de Tesouraria) estão corretamente demonstradas na Dívida Flutuante.

- ▶ Os saldos anteriores conferem com o saldo final apresentado no exercício anterior e o valor.
  - ▶ O valor das inscrições confere com as receitas extra orçamentárias e o valor das baixas e cancelamentos confere com as despesas extra orçamentárias demonstradas no Balanço Financeiro.
- Os cancelamentos de valores da Dívida Flutuante foram decorrentes de restos a pagar.

## 6.6 Inventário Geral Analítico

Todos os valores constantes no Inventário Geral Analítico de 31/12/2022 guardam paridade com as demais demonstrações contábeis.

Todos os valores constantes no Inventário Geral Analítico podem ser comprovados através de extratos, conciliações, declarações, carga patrimonial, certidões e outros documentos hábeis.

## 6.7 Análise dos Índices das Contas Públicas

Quadro 18

ÍNDICE DE LIQUIDEZ IMEDIATA		
TÍTULOS	2021	2022
Disponível em Caixa e Bancos (A)	6.150.432,61	9.743.696,80
Passivo Financeiro (B)	547.765,34	810.198,77
Índice de Liquidez Imediata (A/B)	11,23	12,03

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta.

► Indica que para cada R\$ 1,00 de dívida a curto prazo no dia 31/12/2022, a Prefeitura e a Câmara possuíam disponível em Caixa e Bancos R\$ 12,03.

Quadro 19

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE		
TÍTULOS	2021	2022
Ativo Financeiro (A)	6.196.511,66	9.753.521,40
Passivo Financeiro (B)	547.765,34	810.198,77
Índice de Liquidez Corrente (A/B)	11,31	12,04

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta.

► Indica que para cada R\$ 1,00 de Passivo Financeiro no dia 31/12/2022, a Prefeitura e a Câmara possuíam disponível R\$ 12,04.

Quadro 20

ÍNDICE DE LIQUIDEZ REAL		
TÍTULOS	2021	2022
Ativo Real (A)	23.366.108,81	32.585.734,09
Passivo Real (B)	547.765,34	810.198,77
Índice de Liquidez Real (A/B)	42,66	40,22

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta.

► Indica que para cada R\$ 1,00 de Passivo Financeiro no dia 31/12/2022, a Prefeitura e a Câmara possuíam disponível R\$ 40,22.

## 7 ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES E CONDIÇÕES PARA REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As Operações de Crédito realizadas neste exercício obedeceram aos limites previstos na Resolução 043/2001 de 21/12/2001, do Senado Federal, os quais se destacam abaixo:

Quadro 21

### DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO REALIZADAS EM 2022

TÍTULOS		R\$
Receita Corrente Líquida em 2022 ( A )		25.478.184,83
Operações de Crédito realizadas em 2022 ( B )		0,00
TÍTULOS	Limite Máximo	Realizado
Realização de Operações de Crédito quanto à RCL $[( B / A ) * 100]$	16 %	0,00

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta.

► Não Houve operações de crédito realizadas neste exercício.

## 8 ANÁLISE DA OBSERVÂNCIA DOS LIMITES PARA INSCRIÇÃO DE DESPESAS EM RESTOS A PAGAR

### ◆ Prefeitura

Quanto aos Restos a Pagar inscritos no exercício, estes estão dentro dos preceitos da Lei Complementar nº 101/2000, totalizando o montante inscrito de R\$ 38.628,70

— Trinta e oito mil seiscientos e vinte e oito reais e setenta centavos.

▶ Restos a Pagar Processados foi de R\$ 3.708,00

— Três mil setecentos e oito reais.

▶ Restos a Pagar Não Processados foi de R\$ 34.920,70

— Trinta e quatro mil novecentos e vinte reais e setenta centavos.

### ◆ Câmara

▶ Restos a pagar foi de: R\$ 8.245,52

— Oito mil duzentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos.

## 9 ANÁLISE DA OBSERVÂNCIA DOS LIMITES E CONDIÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL

Quadro 22

### DESPESA TOTAL COM PESSOAL EXERCÍCIO DE 2022

TÍTULOS	R\$	%
Receita Corrente Líquida em 2021 ( A )	25.478.184,83	100
Limite de gastos com Pessoal do Município - (60%)	15.286.910,90	60
Total Gastos com Pessoal do Município (B) (percentual = B/A x 100)	9.053.385,39	35,53
Gastos com Pessoal do Poder Executivo ( C ) (percentual = C/A x 100)	8.624.767,26	33,85
Gastos com Pessoal do Poder Legislativo (D) (percentual = D/A x 100)	428.618,13	1,63

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta.

A apuração da despesa com pessoal ocorreu ao final de cada mês, tomando-se por base os gastos no mês de referência mais os gastos dos onze meses anteriores, adotando-se o regime de competência, conforme determina o § 2º, do art. 18, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, os gastos com pessoal do Município não poderão exceder a 60% da Receita Corrente Líquida apurada no período, sendo que os gastos do Poder Legislativo não poderão exceder a 6% e os do Poder Executivo a 54%.

Demonstra-se no quadro acima os gastos com pessoal realizados pelo Município, o qual evidencia o cumprimento da norma legal.

Até 30 dias após o encerramento de cada quadrimestre, a Administração divulgou os valores apurados.

## 10 AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO, NOS TERMOS DOS DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO E DEMAIS LEGISLAÇÕES PERTINENTES.

### 10.1 Aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino

Quadro 23

APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO EXERCÍCIO DE 2022	
TÍTULOS	VALOR (R\$) e PERCENTUAL (%)
Receita de Impostos, Transferências Constitucionais, Multas e Juros de Mora dos Impostos e Receita da Dívida Ativa dos Impostos (A)	20.274.393,87
Valor Legal Mínimo (art. 212 da CF) - 25%	5.068.598,47
Gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Infantil, Fundamental, Especial, Educação de Jovens e Adultos) (B)	5.567.079,37
Percentual Aplicado na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (B/A) *100%	27,46%

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

Conforme pode ser observado, os gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino foram superiores a 25% (vinte e cinco por cento) da base de cálculo, atendendo o disposto no art. 212 da Constituição da República e o art. 69 da Lei nº 9.394/1996.

Todos os restos a pagar do ensino possuem recursos financeiros correspondentes na conta bancária vinculada ao ensino e estão devidamente liquidados, conforme determina o § 1º, do art. 6º da Instrução Normativa nº 03/2007 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

## 10.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB – Fundo de Manutenção Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

Quadro 24

APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEB FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO EXERCÍCIO DE 2022	
TÍTULOS	R\$
Receitas Recebidas no Exercício (incluindo aplicações financeiras) (A)	3.057.627,13
Recurso Próprio	0,00
Recursos não Aplicados no Exercício Anterior	68.922,29
Valor Legal Mínimo 70%	2.140.338,99
Despesas Empenhadas no Exercício (B)	3.122.102,97
Percentual dos Recursos Recebidos e Aplicados no Exercício [C = B/A] * 100%	102,00%
Despesas Empenhadas no Exercício com a Remuneração dos Profis. Magistério (D)	2.900.336,85
Percentual Aplicado na Remuneração dos Profissionais do Magistério [E = (D/A) * 100%]	94,86%

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

Conforme pode ser observado, os gastos com a remuneração dos Profissionais do Magistério com recursos do FUNDEB superaram o limite mínimo de 70% (setenta por cento) da receita arrecadada, atendendo a determinação do art. 22 da Lei nº 11.494/2007.

Os recursos recebidos do FUNDEB no exercício de 2021 foram aplicados, e o valor excedente mantido aplicado. Sendo assim Sobrou para o exercício de 2022 um valor de R\$ 5.412,00 — Trinta e três mil cento e oitenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos.

Conforme determina o parágrafo único, do art. 27, da Lei 11.494/2007, a prestação de contas está instruída com o parecer conclusivo do conselho acerca da aplicação dos recursos do FUNDEB.

## 10.3 Ensino Médio e Superior

O Município atuou prioritariamente no ensino fundamental e no ensino infantil, mas atuou também no ensino médio e superior por estarem atendidas plenamente as necessidades de sua área de atuação e aplicados os recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição da República.

Além disso o município disponibiliza bolsa de estudos e transporte pra estudantes de curso técnico e superior e transportes para alunos do ensino médio

## 11 AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS NAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE, NOS TERMOS DOS DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS E DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO.

A Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000, definiu que o limite a ser aplicado nas ações e serviços públicos de saúde deverá ser equivalente a, no mínimo, 15% (quinze por cento) do produto da arrecadação dos impostos e transferências, a partir do exercício de 2004.

Quadro 25

### APLICAÇÃO NAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE EXERCÍCIO DE 2022

TÍTULOS	VALOR	%
Receita de Impostos, Transferências Constitucionais, Multas e Juros de Mora dos Impostos e Receita da Dívida Ativa dos Impostos (A)	19.052.163,27	100
Valor Legal de Aplicação nas Ações e Serviços de Saúde	2.857.824,49	15
Gastos nas Ações e Serv. Públicos de Saúde com recursos próprios (B) [percentual = (B/A) *100]	4.151.887,32	21,79%
Valor total Aplicação nas Ações e Serviços de Saúde	4.151.887,32	21,79%

No exercício de 2022 o Município aplicou, nas ações e serviços públicos de saúde, com recursos próprios, mais de 15% (quinze por cento) da base de cálculo, atendendo assim a exigência legal.

**12 INFORMAÇÕES QUANTO À DESTINAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVO.**

Quadro 26

**ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS DE ALIENAÇÃO  
DE ATIVOS DO EXERCÍCIO DE 2022**

HISTÓRICO	INGRESSO (R\$)	APLICAÇÃO (R\$)
Saldo do exercício anterior	0,00	0,00
Alienação de ativos	0,00	0,00
Rendimentos	0,00	0,00
	0,00	0,00
	0,00	0,00
Totais	0,00	0,00
Saldo para o exercício seguinte		0,00

Não houve alienação de ativos

Não Havia ativos remanescentes, portanto não houve aplicação.

Sendo assim o saldo para o exercício seguinte é de R\$ 0,00.

### 13 ANÁLISE DA OBSERVÂNCIA DO DISPOSTO NO ARTIGO 29-A DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, REFERENTE AO REPASSE MENSAL DE RECURSOS AO PODER LEGISLATIVO

Quadro 27

REPASSES EFETUADOS AO PODER LEGISLATIVO EXERCÍCIO DE 2021			
Receita Tributária, Transferências Constitucionais, Receita da Dívida Ativa Tributária, Multas e Juros decorrentes de Receitas Tributárias, arrecadadas em 2021.	Limite Máximo de Repasses em 2021:  7% das receitas arrecadadas em 2020, conforme primeira coluna.	Valor do Repasse Previsto na Lei Orçamentária Anual (Proporção fixada na LOA)	Repasse Realizado  R\$ 792.000,00  Total devolvido 88.015,80  Total Repassado R\$ 703.984,20
R\$ 16.639.858,17	R\$ 1.168.290,07	R\$ 792.000	

O valor repassado ao poder Legislativo no exercício financeiro de 2022 totalizou R\$ 703.984,20 — Setecentos e três mil novecentos e oitenta e quatro reais e vinte centavos.

Considerando que o total da receita tributária, transferências constitucionais, receita da dívida ativa tributária, multas e juros decorrentes de receitas tributárias, arrecadadas em 2021, totalizaram R\$ 16.639.858,17

— Dezesesseis milhões seiscentos e trinta e nove mil oitocentos e cinquenta e oito reais e dezessete centavos.

E que a população do Município é de 4005 habitantes, depreende-se que o limite máximo de repasses previstos para 2022 era de R\$ 1.168.290,07

— Um milhão cento e sessenta e oito mil duzentos e noventa reais e sete centavos..

Portanto, foi obedecido o limite máximo permitido.

É oportuno observar que, de acordo com o art. 29-A da Constituição da República, o total das despesas do Poder Legislativo dos Municípios não poderá ultrapassar o limite máximo, de acordo com a população de cada Município, das receitas tributárias e das transferências constitucionais efetivamente arrecadadas no exercício imediatamente anterior, conforme determina o art. 29-A da Constituição da República.

Observa-se que efetuar repasse ao Poder Legislativo acima do limite máximo constitui crime de responsabilidade do Prefeito Municipal, assim como também realizar repasses inferiores à proporção fixada na Lei Orçamentária, nos termos, respectivamente, dos incisos I e III, do § 2º, do art. 29-A da Constituição da República.

Quanto ao limite mínimo de repasses ao Poder Legislativo no exercício de 2018, esclarece-se que ele corresponde ao duodécimo do valor aprovado na Lei Orçamentária de 2017 para o orçamento da Câmara, conforme determina o art. 168 da Constituição da República, com a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional nº 45/2004.

As despesas da Câmara fixadas para o exercício de 2022 foram de R\$ 792.000,00

— Setecentos e noventa e dois mil reais.

Sendo o limite mínimo de repasse para este exercício, conforme determina o inciso I, do § 2º, do art. 29-A da Constituição da República, o qual também foi cumprido.

**14. AVALIAÇÃO SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELO GESTOR DIANTE DE DANOS CAUSADOS AO ERÁRIO.**

Quadro 28

**AVALIAÇÃO SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELO GESTOR DIANTE DE DANOS CAUSADOS AO ERÁRIO EXERCÍCIO DE 2022**

PROCESSO	Nº	Data de instauração	Data de Comunicação ao TCE/MG	CAUSAS	RESULTADO
Sindicância					
Inquéritos					
Processos Administrativos	001/22	20/07/2022	Não houve	Desídia funcional	Arquivamento
	002/22	28/09/2022	Não houve	Desídia funcional	Aplicação de advertência.
Tomadas de Contas Especiais					

**15. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS PAGAS A TÍTULO DE OBRIGAÇÕES PATRONAIS AO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.**

Quadro 29

DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS PAGAS A TÍTULO DE OBRIGAÇÕES PATRONAIS EXERCÍCIO DE 2022

MÊS	OBRIGAÇÕES PATRONAIS REPASSADAS AO INSS (R\$)	OBRIGAÇÕES PATRONAIS REPASSADAS AO INSTITUTO PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (R\$)	OBRIGAÇÕES PATRONAIS REPASSADAS A OUTROS ÓRGÃOS (FGTS, IPSEMG etc.) (R\$)	TOTAL DAS OBRIGAÇÕES PATRONAIS REPASSADAS (PAGAS) (R\$)
JAN	103.271,37	Não existe	1.317,15	104.588,52
FEV	103.221,71		1.245,51	104.467,22
MAR	120.242,38		1.240,00	121.482,38
ABR	112.529,19		1.235,86	113.765,05
MAI	112.289,25		1.268,93	113.558,18
JUN	112.835,86		1.343,33	114.179,19
JUL	116.470,02		3.128,81	119.598,83
AGO	115.820,50		1.751,77	117.572,27
SET	117.252,60		1.984,73	119.237,33
OUT	130.350,68		2.006,91	132.357,59
NOV	116.451,92		2.100,80	118.552,72
DEZ	213.569,02		2.957,14	216.526,16
<b>TOTAL</b>	<b>1.474.304,50</b>		<b>21.580,94</b>	<b>1.495.885,44</b>

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta.

**16 APLICAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICO REALIZADOS POR ENTIDADES PRIVADO.**

Quadro 30

Subvenção e Contribuição para Empresas  
De Direito Privado em 2022

Empresas	Finalidade	R\$
AMM – Associação Mineira de Municípios	Associação de municípios	7.440,00
APAE – Associação de pais e amigos exep Borda da mata	Tratamento de excepcionais	62.483,61
Associação Circuito Turístico serras Verdes Sul MG	Fins turisticos	13.686,00
Associação dos amigos do caminho da fé	Fins Culturais e turisticos	5.022,12
Banda Lira Tocsmojjense	Fins Culturais	20.700,00
Cisamesp- Consorcio intermunicipal de saúde	Assistência de saúde a população	150.719,12
CNM – Confederação nacional dos Municípios	Associação de municípios	8.919,00
EMATER – Empresa assistência técnica ext. rural	Assistência técnica ao agro negócio	89.088,80
<b>Total</b>		<b>358.058,65</b>

**17 MEDIDAS ADOTADAS PARA PROTEGER O PATRIMÔNIO PÚBLICO, EM ESPECIAL O ATIVO IMOBILIZADO.**

- Não houveram medidas adotadas para tais fins.

## 18 TERMO DE PARCERIAS FIRMADOS E PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO EM CONSÓRCIO PÚBLICO E IMPACTO ORÇAMENTÁRIO.

Quadro 31

### TERMOS DE PARCERIAS FIRMADO E EXECUTADOS EM 2022

Consortio	LEI	FINS	R\$
Intermunicipal Mult. da Região do Médio Sapucaí	624/2014	Manutenção da Iluminação Publica	26.996,16
Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável	575/2013	Destinação de resíduos.	11.853,04
Consortio Intermunicipal de Saúde do Sul de Minas.	653/2015	Repasse SAMU.	12.325,00
<b>Total de Receitas 2022</b>	<b>26.530.867,48</b>	<b>Total Gasto em Consortio</b>	<b>51.174,20</b>
<b>Impacto Financeiro No Orçamento</b>		<b>0,19 %</b>	

Nota: Todos os Consórcios estão devidamente constituídos nas referidas leis e estão devidamente fixados dentro dos termos de parceria. Sendo seu impacto financeiro no orçamento mínimo.

## 19 DEMONSTRATIVO DA CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS (LEI 23.422/2019)

		SIM/NÃO:
1.11.1	Houve adesão do município às disposições da Lei 23.422/2019?	NÃO
	Se SIM, indicar a opção feita pelo município:	-
	Art. 1º - Cessão de créditos:	-
	Art. 6º - Operação de crédito:	-
	Nº da Lei Municipal que autorizou a cessão:	-

No caso de opção pelo art. 1º, indicar:				
Natureza do crédito	ICMS	IPVA	Fundeb	Outros (especificar)
Contas bancárias e instituições financeiras em que ocorreram o crédito da receita	-	-	-	-
Valor do repasse em atraso negociado (a)	-	-	-	-
Valor das despesas cobradas pela instituição Financeira (b)	-	-	-	-
Valor líquido recebido pelo município (a - b)	-	-	-	-
Parcela do recurso recebido vinculado à educação	-	-	-	-
Fonte, conta bancária e instituição financeira onde ocorreu o crédito do recurso vinculado à educação	-	-	-	-
Parcela do recurso recebido vinculado à saúde	-	-	-	-
Fonte, conta bancária e instituição financeira onde ocorreu o crédito do recurso vinculado à saúde	-	-	-	-
Opinião do controle interno quanto à regularidade da operação: (Favorável/ Desfavorável)	-	-	-	-
Opinião do controle interno quanto à razoabilidade da taxa de juros da operação: (Favorável/ Desfavorável)	-	-	-	-

No caso de opção pelo art. 6º, indicar:				
Natureza da garantia	ICMS	IPVA	Fundeb	Outros (especificar)
Valor da garantia por natureza	-	-	-	-
Valor da operação de crédito	-	-	-	-
Valor dos juros	-	-	-	-
Taxa de juros efetiva da transação	-	-	-	-
Opinião do controle interno quanto à regularidade da operação: (Favorável/ Desfavorável)	-	-	-	-
Opinião do controle interno quanto à razoabilidade da taxa de juros da operação: (Favorável/ Desfavorável)	-	-	-	-

## **20 CUMPRIMENTO DOS PRAZOS DE EMCAMINHAMENTOS DE INFORMAÇÕES AO SICOM.**

- De acordo com a consulta de status de envio do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios, consta o envio do Instrumento de planejamento, todos os envios dos acompanhamentos mensais, todos os envios de balancete, o envio de três inscrições de programas nos meses de janeiro, março e agosto respectivamente e o envio mensal da legislação de caráter financeiro. Sendo assim pode-se afirmar que o cumprimento dos envios e prazos está sendo feito rigorosamente com os termos do parágrafo único do art. 4º e do caput do art. 5º da IN nº 10 de 14 de Dezembro de 2011 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

## 21 CONCLUSÃO

O processo de Prestação de Contas foi examinado por este Controle Interno e verificou-se que o mesmo encontra-se devidamente instruído, com os elementos de que trata a Instrução Normativa nº 03/2014 e representa de forma fidedigna as informações e os documentos que deram origem às peças contidas no processo.

O Órgão de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Tocos do Moji acompanhou a execução orçamentária, financeira, patrimonial, administrativa e operacional, bem como analisou as demonstrações contábeis e os registros que deram origem as mesmas, para então, emitir o parecer sobre as contas do exercício de 2022.

Nos trabalhos examinaram-se os controles internos administrativos desta entidade, com base nos procedimentos e técnicas utilizadas, e concluiu-se que os mesmos estão devidamente adequados e aderentes às normas internas do órgão controlado.

Finalmente, procedeu-se ao exame do Processo de Prestação de Contas levantado em, 31/12/2022, correspondente ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade da administração. Verificaram-se as seguintes Demonstrações:

- 1 - Balanço Orçamentário;
- 2 - Balanço Financeiro;
- 3 - Balanço Patrimonial;
- 4 - Demonstração das Variações Patrimoniais;
- 5 - Comparativo do Balanço Patrimonial;
- 6 - Demonstração da Dívida Flutuante;
- 7 - Demonstração dos Devedores Diversos;
- 8- Demonstração da Dívida Fundada;
- 9- Demonstração dos Bens Incorporados e Desincorporados;
- 10 - Inventário Geral Analítico;
- 11 - Demonstrativo dos Gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino,
- 12 - Demonstrativo dos Recursos Recebidos do FUNDEB e sua Aplicação;
- 13 - Demonstrativo dos Gastos com Pessoal;
- 14 - Demonstrativo dos Gastos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde;
- 15 - Demonstrativo dos Limites de Repasses ao Poder Legislativo
- 16 - Parecer conclusivo do conselho do FUNDEB acerca da aplicação dos recursos; e
- 17 - Demais demonstrações contábeis.

Por meio dos acompanhamentos realizados durante o exercício em referência, verificou-se que todas as recomendações/determinações expedidas por este sistema de controle interno foram objeto de ações com vistas ao cumprimento das mesmas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, representam adequadamente em todos os aspectos legais, a posição patrimonial e financeira da Prefeitura e Câmara em 31/12/2022 referente ao exercício findo naquela data, de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade estando, portanto, a Prestação de Contas em condições de ser submetida à apreciação do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

### 21.1 Parecer do controle interno

Tendo em vista os pressupostos acima citado, eu Controlador Interno da Prefeitura de Tocos do Moji, compreendo que as contas públicas municipais estão saudáveis e a gestão administrativa obteve êxito na administração das mesmas. Sendo assim dou parecer favorável a aprovação das contas públicas do ano de 2022.

Sem mais, ficamos como nos cumpre ao inteiro dispor de V.Sa. pra quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários a respeito do presente relatório.

Tocos do Moji, 23 de março de 2022.

Atenciosamente,



William Alberto do Couto Rosa  
105.311.407-92